TL 7483-06

CONVENÇÃO NACIONAL TIMORENSE NA DIÁSPORA

MOÇÃO DE ORIENTAÇÃO

UNIR PARA RESISTIR - RESISTIR É VENCER

1. Direito à Autodeterminação e Independência

Timor é casa comum, TOTEM de todos os Timorenses, dos antepassados que o fecundaram com o seu sangue generoso, dos presentes que com inteligência e o bom senso o vão libertar do jugo da ocupação e da miséria orgânica que o invasor lhe impõe e dos vindouros que o irão engrandecer.

Deploramos com veemência a intervenção militar das forças armadas indonésias em Timor e solicitamos ao povo irmão e vizinho que as retire, sem demora, por forma a permitir que o nosso povo exerça livremente o seu direito à autodeterminação, seguindo o exemplo que a própria República da Indonésia outrora deu ao mundo, libertando-se da Holanda.

Como todos os povos do mundo, queremos ser livres, viver em paz e com tranquilidade nas nossas casas com os nossos entes queridos.

Temos o direito de averiguar a causa de fuga de monte em monte, de aldeia em aldeia, de nação em nação dos nossos jovens!

Porque os nossos heróis, intelectuais, irmãos, mães e irmãs têm que se exilar?!

Acreditamos que o povo da República da Indonésia, hospitaleiro, civilizado, com tradições milenárias de aristocracia e de convivência nos vai surpreender com a libertação do Comandante Kay Rala Xanana Gusmão e os seus companheiros.

A garantia do respeito pelas obrigações decorrentes das relações de boa vizinhança e o dever de assumir compromissos provenientes de tradições e costumes, de tratados e de outras fontes de direito internacional, com base no princípio de respeito mútuo, respeito pela igualdade de direitos e pela autodeterminação e independência dos povos, exigem a retirada imediata das forças armadas indonésias de Timor e a libertação de todos os presos políticos timorenses.

Chamamos a particular atenção do Conselho de Segurança e do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas para a crítica situação económica, financeira e social de Timor. Recomendamos que seja tomada acção urgente para

proteger a integridade territorial, os recursos naturais existentes no solo, subsolo e na plataforma continental de Timor. Pedimos ao Secretário-Geral que, envie, sem demora, um seu representante especial ao local para fazer o ponto da situação existente e estabelecer contactos com a Resistência de Timor.

Solicitamos a Portugal, como potência administrante, para continuar a desenvolver todos os esforços para conseguir uma solução pacífica através de conversações entre o Governo de Portugal, a Resistência de Timor e o Governo da República da Indonésia, com inteira cooperação com as Nações Unidas, para tornar possível ao Povo de Timor o livre exercício do seu direito a autodeterminação.

Pedimos a todos os Estados, em especial os do Sudeste Asiático, para respeitarem a vontade do Povo de Timor.

2. Desafios dos anos 2000

O Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT) - Movimento de Unidade Nacional

O Povo de Timor está a confrontar-se com um dos períodos mais negros e mais difíceis da sua história.

No Território Nacional, somos tratados como terroristas, clandestinos e estrangeiros. Na Diáspora, vivemos o drama do exílio, longe da terra, onde estão as sepulturas dos nossos valorosos antepassados e onde vivem, sofrem e morrem os nossos pais e irmãos mais queridos.

Chegou a hora de todos nos unirmos para resistir. Juntos, como um todo Nacional, vamos procurar uma solução para libertar o nosso povo e para construir um Estado de direito democrático, pluripartidário, desenvolvido e soberano no Sudeste Asiático.

Timor tem orgulho de ser um Povo e uma Nação com história, com realidade política, cultura e identidade própria. É um Território com fronteiras definidas e reconhecidas por tratado internacional.

O Povo de Timor tem o direito de livremente exercer a soberania como um Estado independente sobre os recursos naturais existentes no solo, subsolo e na plataforma continental do seu Território.

Vamos assumir com coragem e lúcida determinação de que só uma grande unidade Nacional em torno de um Líder e de uma Estratégia credível, construindo um movimento amplo de reflexão, de projectos e de ideias, é capaz de vencer os grandes desafios dos anos 2000 que a situação nos coloca.

Constitui, por isso, um momento importante na nossa história a realização desta Convenção Nacional Timorense na Diáspora.

A maturidade e a seriedade das nossas propostas vencerão.

O Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT) é a única alternativa ao Governo da Indonésia.

Por tudo isso, o CNRT assume, neste momento, inequivocamente,

1. a liderança de um projecto político no qual se revêm todos os que reivindicam da autodeterminação e independência para Timor-Leste,
2. a liderança de um projecto de modernidade e progresso, em sintonia com a sociedade contemporânea e
3. a liderança da proposta de uma solução exequível, tendo como referência necessária o Plano de Paz do CNRM, na região da Ásia/Pacífico, onde a ascendência económica dos países da zona e a integração dos Estados da costa ocidental do Continente Americano, (APEC) constituem as características mais determinantes do século XX.

É nesta zona do mundo, que Timor-Leste se encontra inserido. E é aqui que o Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT) pretende edificar um futuro Estado de direito livre e democrático, plural e tolerante, desenvolvido e soberano.

Seremos um país asiático, que tem como língua nacional - o "tetum", oficial - a portuguesa, comercial e de trabalho - a bahasa indonésia e a inglesa.

Ocuparemos, por isso, com pleno direito o lugar que nos está reservado na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, (CPLP).

É com este espírito e a inteira noção das nossas responsabilidades que encaramos com a confiança, que o nosso Povo em nós deposita, o árduo caminho a percorrer nos próximos anos.

A esta Convenção Nacional cabe a tarefa de, entre outros temas, aprovar os Estatutos do CNRT, que prevêm como órgãos nacionais: **a Convenção, a Comissão Política, a Comissão Executiva, a Comissão de Defesa e Segurança e a Comissão de Jurisdição e Controlo**.

A Convenção tem de entre as suas competências:
- aclamar Presidente do CNRT o Comandante Supremo das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (Falintil),
- eleger 21 membros para a Comissão Política, sendo 14 destes resindentes no Território Nacional e 7 residentes na Diáspora;
- eleger nominalmente dois Vice-Presidentes, um residente no Território Nacional e o outro residente na Diáspora, e um Secretário-Geral da **Comissão Executiva**, que vai dispor dos seguintes departamentos:

a) **Departamento do Território Nacional** - que se encarrega da organização e acção do CNRT em Timor;
b) **Departamento de Relações Externas** - que se encarrega da organização e acção do CNRT na área diplomática;
c) **Departamento de Administração e Recursos** - que supervisionará:
   - os Serviços Centrais - que asseguram o funcionamento dos departamentos e órgãos do CNRT, em geral;
   - os Serviços Regionais - que asseguram a presença do CNRT nas várias regiões, onde ele seja necessário para as

suas actividades;
- os Serviços de Economia e Finanças e Recursos Humanos
  - que asseguram a obtenção e administração dos serviços económicos e financeiros, a administração do património do CNRT e a promoção do aumento e qualificação dos recursos humanos timorenses.

O problema político de Timor tem a ver com a democracia e os direitos humanos, com a paz e a segurança na Indonésia, na Ásia/Pacífico e no mundo, e com as relações entre os países ricos e pobres.

A questão da democracia e do respeito dos direitos humanos fundamentais é uma constante reivindicação dos movimentos de libertação.

Neste final de milénio, há uma sucessão infindável de atropelos aos direitos humanos e de flagrantes violações aos direitos cívicos mais elementares, por toda a parte do mundo.

Nós reivindicamos uma ordem internacional de liberdade religiosa, de liberdade de organização e de reunião, livre de censura, de repressão policial e militar, onde sejam respeitados na pessoa humana os seus inalienáveis direitos e a sua insubstituível dignidade.

Nós lutamos por uma política de diálogo e negociação internacional, pelo reforço das organizações e convenções plurinacionais com vista a uma política de progressivo desarmamento e de respeito pela integridade dos Estados e Territórios.

Saudamos com alegria o plano de paz para a Irlande do Norte.

Estamos solidários com os povos Sarawi, da Palestina e com o Movimento Democrático de Burma.

Também, queremos, noutras frentes, manifestar o nosso apoio às lutas dos oprimidos, das mulheres e dos trabalhadores indonésios por uma efectiva igualdade de oportunidades e direitos. A vitória destes facilita o caminho para a auto-determinação e independência de Timor.

Prosseguiremos o combate com determinação e coerência. Libertaremos o nosso povo da ocupação indonésia. Construiremos uma sociedade plural na diversidade de opiniões, unidos na defesa dos valores que são a nossa diferença e a nossa identidade como Povo e como Nação.

UNIR PARA RESISTIR - RESISTIR É VENCER

Lisboa, 16 de Abril de 1998.